



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE PÓS-GRADUAÇÃO - SPG/CESP/ANP/DGP/PF

**PROJETO BÁSICO**

**CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO ESPECIALIZADO**

**EM AÇÕES DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL**

**(ARTIGO. 25, INCISO II, C/C ARTIGO 13, INCISO VI DA LEI Nº 8.666/93 –  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO)**

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de Profissional Técnico Especializado em Ações de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal eventual para prestação de serviços educacionais, na modalidade a distância, para atuar como **avaliador** de Trabalho de Conclusão de Curso em nível de pós-graduação em ações educacionais do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu instituídas pela Academia Nacional de Polícia, que serão realizadas no ano corrente, conforme especificações contidas neste Projeto Básico.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Academia Nacional de Polícia (ANP) é a instituição de ensino da Polícia Federal, órgão organizado e mantido pela União, estruturado em carreira, com autonomia administrativa e financeira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sendo ainda a ANP estabelecida como Escola de Governo, nos termos do art. 4º do Decreto nº 5.707/2006.

2.2. A Academia Nacional de Polícia (ANP) tem como atividade precípua formar e especializar profissionais de segurança pública para exercerem com excelência suas atribuições, além de formular e difundir a doutrina policial em defesa da sociedade.

2.3. Conforme constante na Portaria nº 155/2018 - MSP, de 27 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno da Polícia Federal, à Academia Nacional de Polícia compete:

*Art. 24. À Academia Nacional de Polícia compete:*

*I - planejar, supervisionar, coordenar, orientar, avaliar e promover a execução das atividades de:*

*a) formação e capacitação de servidores; e*

*b) pesquisa e difusão de estudos científicos relativos à segurança pública;*

*II - promover a manutenção e a melhoria contínua da gestão do conhecimento da Polícia Federal; e*

*III - propor ao respectivo Diretor a aprovação de normas e o estabelecimento de parcerias com outras instituições, na sua área de competência.*

2.4. Cabe ainda destacar o previsto na IN nº 35/2010-DG/DPF, que disciplina o pagamento

da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso:

*Art. 31. O exercício de qualquer atividade de ensino na ANP/DGP/DPF será antecedido de análise e seleção de curricular, onde serão observados a inexistência de restrições ou sanções disciplinares, a expertise, o comprometimento com o Serviço Público, a competência laboral, a afinidade à docência e o relacionamento interpessoal, dentre outros fatores.*

*Parágrafo único. Estas exigências serão dispensadas quando se tratar de Palestrante indicado pela Direção-Geral, Diretores, Corregedor-Geral e ou convidado pelo Diretor da ANP/DGP/DPF, pelo Coordenador de Ensino ou pelo Coordenador de Altos Estudos em Segurança Pública.*

*Art. 32. O Recrutamento e a Mobilização de Servidores ao exercício de atividades de ensino na Academia Nacional de Polícia é medida prioritária e de estratégico interesse do DPF, sendo que em razão da especificidade das ações de ensino tais solicitações deverão ser nominais, em documento que apresente os motivos que ensejaram a escolha do servidor.*

2.5. Assim, a presente contratação visa atender plenamente às atribuições da Coordenação Escola Superior de Polícia e a capacitação de servidores públicos, policiais e administrativos.

### 3. ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

3.1. Prestar serviços educacionais, na modalidade presencial, nas seguintes ação educacional:

3.1.1. Atuar por **até 3 h/a** como **avaliador de Trabalho de Conclusão de Curso** no curso de **Especialização (Pós-Graduação Lato Sensu) em Criminalística Aplicada a Locais de Crime**, objetivando avaliar a produção desenvolvida sobre o corpo de conhecimentos (métodos, técnicas, teorias) da subárea criminalística aplicada a locais de crime no âmbito das ciências policiais.

### 4. LOCAL E PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A prestação dos serviços educacionais deverá ser realizada:

4.1.1. **Como avaliador de Trabalho de Conclusão de Curso no curso de Especialização (Pós-Graduação Lato Sensu) em Criminalística Aplicada a Locais de Crime nas dependências da ANP, nos dias 05 a 07 de outubro de 2021.**

### 5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1. A ação educacional a ser desenvolvida seguirá diretrizes estabelecidas nos respectivos planos de ação educacional, aprovados pela Coordenação Escola Superior de Polícia (CESP/ANP) e pela Direção da Academia Nacional de Polícia, as quais compreenderão a carga horária total de até 30 (cinquenta) horas-aula.

### 6. DA REMUNERAÇÃO E DA ESTIMATIVA DE CUSTO

6.1. Em relação à remuneração a ser paga ao contratado, esta baseia-se no que determina o artigo 5º, da Instrução Normativa nº 035/2010-DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, publicada no Boletim de Serviço nº 149, de 05 de agosto de 2010, que dispõe:

*Art. 5o. Considera-se Gratificação, para efeito desta Instrução Normativa, os valores correspondentes aos percentuais fixados no Anexo I, a serem pagos a título de hora-aula em decorrência do desempenho de encargos de cursos e demais atividades de ensino instituídas pela ANP/DGP/DPF, em consonância ao que dispõe o art. 76-A da Lei no. 8.112, de 11 de dezembro 1990.*

6.2. Assim, o docente fará jus à percepção de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso da seguinte maneira:

- a) **até R\$ 630,72 (seiscentos e trinta reais e setenta e dois centavos)** como avaliador de TCC e tendo em vista sua titulação de mestre.

## 7. DA SELEÇÃO DE PROFESSORES

7.1. Conforme anexo XI do Manual do Professor da ANP, a seleção de professores é responsabilidade da Direção da ANP, juntamente com a Direção-Geral da PF. A seleção de professores e a organização das disciplinas são realizadas na ANP pela CESP e pela COEN. Alguns critérios observados:

1. Afinidade com a docência (interesse, motivação e vontade de ser professor).
2. Aprovação nos cursos de formação de professor (EaD, presencial e/ou domínio técnico).
3. Experiência como professor da ANP
4. Avaliação da ANP do trabalho do professor
5. Avaliação das chefias imediatas (da ANP)
6. Avaliação do professor titular sobre o trabalho individual (segundo critérios da DIDH) ou desempenho como professor titular (avaliado pela DIDH)
7. Avaliação dos alunos
8. Capacidade de trabalho em equipe e de relacionamento interpessoal
9. Compromisso e comprometimento com a ANP, PF e com a docência
10. Consultas à Corregedoria Geral da PF (Coger)
11. *Curriculum vitae (lates)*.
12. Domínio de conteúdo
13. Domínio didático-pedagógico
14. Domínio da língua portuguesa culta nas formas escrita e falada
15. Experiência como professor em outras instituições
16. Experiência profissional na área
17. Experiência profissional (competência laboral)
18. Postura ético-profissional.

## 8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. O contratado deverá apresentar documentação de habilitação para prestação de serviços educacionais: **curriculum** (preferencialmente plataforma *Lattes*), cópia de **comprovação da maior titulação acadêmica**, **Certidão Negativa de Débito Fiscal** (Lei n.º 8.666/93, art. 29, III) e **Certidão Negativa de Débito Trabalhista** (Lei n.º 8.666/93, art. 29, III).

8.2. O supervisor da ação educacional deverá preencher a Ficha Cadastral do Docente no sistema de gestão acadêmica da ANP (sistema *Educa*).

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Responsabilizar-se integralmente pela prestação de serviço, observando a legislação

vigente e os normativos da PF, em especial a Instrução Normativa nº 35/2010 – DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, Instrução Normativa 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, o Manual do Professor da ANP (2012).

9.2. Executar os serviços no local indicado, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Projeto Básico;

9.3. Prestar o serviço dentro do prazo estabelecido neste Projeto Básico;

9.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, atendendo de imediato as reclamações;

9.5. Manter, durante o período de execução contratual, todas as condições que ensejaram sua habilitação e qualificação.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA**

10.1. Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados.

10.2. Notificar o contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.3. Fornecer por escrito as informações necessárias para a prestação do serviço fornecendo todas as facilidades para seu efetivo cumprimento;

10.4. Designar um servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar a prestação de serviço, a ser indicado pelo setor demandante, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

10.5. Não permitir a execução contratual em desacordo com o preestabelecido;

10.6. Efetuar controle da execução contratual;

10.7. Notificar o contratado quanto ao pagamento do serviço prestado, após anuência do fiscal, quando o pagamento for realizado mediante o depósito de ordem bancária.

## **11. DAS PENALIDADES**

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Projeto Básico, no contrato ou no Termo de Compromisso, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

- a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b. Multa:**

**b.1.** Moratória, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

**b.2.** Moratória, de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitado ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades.

**b.3.** Indenizatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Departamento de Polícia Federal pelo prazo de até dois anos;

**d.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

**e.** Desligamento do curso.

11.2. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato ou Termo de Compromisso, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

11.3. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta seleção:

**a)** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**b)** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**c)** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 11.8. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 11.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Brasília/DF, 09 de setembro de 2021.

**RAPHAEL SANTOS LAPA**  
Agente Administrativo

Aprovo o presente Projeto Básico.

Submeta-se à apreciação do Coordenador da Escola Superior de Polícia.

**MARCOS LEONCIO SOUSA RIBEIRO**  
Delegado de Polícia Federal  
Coordenador da Escola Superior de Polícia



Documento assinado eletronicamente por **RAPHAEL SANTOS LAPA, Agente Administrativo(a)**, em 10/09/2021, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS LEONCIO SOUSA RIBEIRO, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 10/09/2021, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **20234579** e o código CRC **22E700B9**.

## **JUSTIFICATIVA PARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Descrição detalhada da qualificação técnica e notório conhecimento

### 1. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL COM O OBJETO DE CONTRATAÇÃO

1.1. O atualização do Plano Estratégico 2014/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Resolução nº 005-CGPF/PF, publicada no Boletim de Serviço nº 154, de 16.08.2021, estabelece em seu item 2.1.3 a ação estratégica "Fomentar a Gestão do Conhecimento, a Pesquisa e a Inovação", conforme abaixo:

Fomentar a gestão do conhecimento mediante a implantação de sistemas e mecanismos de produção, otimização, gestão, padronização, disseminação e proteção, preservando o aprendizado, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa científica e da inovação, no interesse da Instituição.

1.2. Ademais, a Portaria nº 155/2018 - MSP, de 27 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno da Polícia Federal, estabelece as competências da Academia Nacional de Polícia:

*Art. 24. À Academia Nacional de Polícia compete:*

*I - planejar, supervisionar, coordenar, orientar, avaliar e promover a execução das atividades de:*

*a) formação e capacitação de servidores; e*

*b) pesquisa e difusão de estudos científicos relativos à segurança pública;*

*II - promover a manutenção e a melhoria contínua da gestão do conhecimento da Polícia Federal; e*

*III - propor ao respectivo Diretor a aprovação de normas e o estabelecimento de parcerias com outras instituições, na sua área de competência.*

### 2. DA SINGULARIDADE DO OBJETO/SERVIÇO - SERVIÇO TÉCNICO DE NATUREZA SINGULAR

2.1. De tal maneira, a Coordenação Escola Superior de Polícia - CESP/ANP tem realizado diversas ações educacionais com o objetivo de fomentar estudos e projetos acadêmicos para fins de inovação e desenvolvimento de conhecimento nas áreas de Direito de Polícia Judiciária, Ciências Policiais e Criminalidade Organizada. Nesse sentido, destaque-se a criação do I Curso de Especialização em Criminalística Aplicada a Locais de Crime e sua previsão de oferta no Plano de Desenvolvimento de Pessoas da Polícia Federal - 2020.

2.2. A ação de capacitação onde se insere a prestação do serviço é voltada para servidores policiais, devendo o prestador conhecer de forma irrefutável as rotinas, peculiaridades e singularidades de tal atividade, sensível à visão e perspectiva do servidor integrante da força policial - público-alvo.

2.3. Imprescindível, portanto, que a ação educacional relativa à matéria/conteúdo proposto

possua o enfoque específico, vale dizer, voltado para policiais e para a atividade policial, diverso, portanto, daqueles constantes em manuais e não conectados ou sintonia com temas, problemas, reflexões ou outras questões típicas e que afligem a atividade policial e a temática de segurança pública.

2.4. A Polícia Federal, por intermédio da Academia Nacional de Polícia, tem trabalhado no desenvolvimento dessa área de conhecimento de forma ativa. Para além da anteriormente mencionada instituição da pós-graduação *lato sensu*, há também que se mencionar a produção de pesquisa divulgada através de diversos artigos acadêmicos publicados na [Revista Brasileira de Ciências Policiais](#), estabelecida em 2010.

### 3. DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO PROFISSIONAL

3.1. Para além da singularidade do conhecimento da área de Formação Policial Judicial, a notória especialização do profissional em tela justifica-se pelos seguintes motivos abaixo elencados:

3.2. Foi Praça Especial e Oficial bombeiro-militar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal(1994 a 2002); Cientista Forense (Perito Criminal) do Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Distrito Federal(2002-2014); Analista Legislativo de Registro e Redação do Senado Federal (2014-2017); atuou como Perito Criminal da Seção de Engenharia Legal e Meio Ambiente do Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Distrito Federal (2017-2019); atualmente é o Diretor-Adjunto do Instituto de Criminalística da PCDF (2019-)

3.3. Tem vasto currículo acadêmico com indicação dos seguintes títulos: Mestrado em Administração Pública com Ênfase em Criminalística, pela Fundação Getúlio Vargas(2014); Especialização em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (2012); Especialização em Direito Constitucional pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2008)

### 4. DA REMUNERAÇÃO E DA ESTIMATIVA DE CUSTO

4.1. No que diz respeito ao valor da contratação do profissional, utilizou-se o que preconiza o art. 31 da IN nº 35/2010-DG/PF:

*Art. 31. O exercício de qualquer atividade de ensino na ANP/DGP/DPF será antecedido de análise e seleção de curricular, onde serão observados a inexistência de restrições ou sanções disciplinares, a expertise, o comprometimento com o Serviço Público, a competência laboral, a afinidade à docência e o relacionamento interpessoal, dentre outros fatores.*

*Parágrafo único. Estas exigências serão dispensadas quando se tratar de Palestrante indicado pela Direção-Geral, Diretores, Corregedor-Geral e ou convidado pelo Diretor da ANP/DGP/DPF, pelo Coordenador de Ensino ou pelo Coordenador de Altos Estudos em Segurança Pública.*

*Art. 32. O Recrutamento e a Mobilização de Servidores ao exercício de atividades de ensino na Academia Nacional de Polícia é medida prioritária e de estratégico interesse do DPF, sendo que em razão da especificidade das ações de ensino tais solicitações deverão ser nominais, em documento que apresente os motivos que ensejaram a escolha do servidor.*

4.2. Neste sentido, a atuação do colaborador atingirá um total de até 3 h/a como **avaliador de Trabalho de Conclusão de Curso**, que totalizarão um valor bruto estimado de **até R\$ 630,72 (seiscentos e trinta reais e setenta e dois centavos)**.

4.3. Sendo assim, em razão da notória especialização, assim como da singularidade do conhecimento desenvolvido no âmbito da ação educacional em questão, entende-se que a contratação do profissional se enquadra na situação excepcionável de inexigibilidade de licitação, de acordo com artigo 25, inciso 2, combinado com o artigo 13, da Lei nº 8666/93.



**MARCOS LEONCIO SOUSA RIBEIRO**

Delegado de Polícia Federal  
Coordenador da Escola Superior de Polícia





Documento assinado eletronicamente por **MARCOS LEONCIO SOUSA RIBEIRO, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 10/09/2021, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **20234929** e o código CRC **C8D79502**.

Referência: Processo nº 08204.002484/2021-80

SEI nº 20234929

	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais	Divulgação de Compras	Ministério da Economia	
<b>Licitação</b>				
<b>Dispensa/Inexigibilidade</b>		<b>Encerrar Inexigibilidade</b>	15/09/2021 15:26:25	
<b>Pedido de Cotação/Dispensa</b>				
 <b>A Inexigibilidade de Licitação foi encerrada.</b>				
<b>Resumo da Dispensa/Inexigibilidade</b>				
<b>Órgão</b>		<b>UASG de Atuação</b>		
30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL		200340 - ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA - DF		
<b>Modalidade de Compra</b>	<b>Nº da Compra</b>	<b>Lei</b>	<b>Artigo</b>	<b>Inciso</b>
Inexigibilidade de Licitação	00066/2021	Lei nº 8.666	Art. 25º	II
<b>Compra Com Disputa</b>				
Não				
<b>Percentual de enquadramento da instituição</b>				
10 %				
<b>Objeto</b>				
Contratação de profissional técnico especializado para atuar como avaliador de trabalho de conclusão de curso (TCC) no curso de Especialização (Pós-Graduação Lato Sensu) em Criminalística Aplicada a Locais de Crime instituído pela Academia Nacional de Polícia.				
<b>Quantidade de Itens</b>	<b>Valor Total da Compra (R\$)</b>		<b>Data da Declaração</b>	
1	495,57		15/09/2021	
<b>Encerrar Compra</b>				
<b>Inexigibilidade</b>				
